



Eleições na Zâmbia - Na sequência do falecimento do Presidente zambiano, Michel Sata, em outubro de 2014, foram convocadas eleições presidenciais antecipadas. Durante o período de transição até à realização destas eleições, a presidência foi assegurada pelo Vice-Presidente Guy Scott. [Pag 2](#)

Kabila Sob Pressão - Kinshasa, foi palco de violentos confrontos entre a polícia e manifestantes que causaram mais de 40 mortos. A razão dos protestos prende-se com a aprovação de um projeto-lei que permitirá ao Presidente Joseph Kabila prolongar a sua permanência no poder. [Pag 2](#)

XXIV Cimeira da União Africana - Decorreu em Adis Abeba, entre os dias 23 e 31 de janeiro, a XXIV Cimeira da União Africana (UA) subordinada ao tema o "Ano do Empoderamento e desenvolvimento das Mulheres em direção à Agenda de África 2063". [Pag 3/4](#)

Conflito na República Centro-Africana - Em finais de janeiro, após mais de dois anos de conflito entre os rebeldes islâmicos da Seleka e as milícias cristãs anti-Balaka, a Comissão Internacional de Inquérito das Nações Unidas apresentou as suas conclusões sobre o conflito. [Pag 4/5](#)

Fórum França-África - Realizou-se, a 6 de fevereiro em Paris, o Fórum económico França-África, o qual juntou líderes de 33 países africanos, membros do governo francês e várias centenas de empresas francesas e africanas. [Pag 5](#)

Mesa Redonda de Doadores sobre a Guiné Bissau - Com vista à preparação da Mesa Redonda de Doadores para a Guiné Bissau, anunciada para Bruxelas a 25 de março, realizou-se, sob os auspícios da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a 9 de fevereiro em Acra, no Gana, uma reunião preparatória que juntou o Governo da Guiné-Bissau e diversos países e organizações internacionais. [Pag 6](#)

Boko Haram e as Eleições na Nigéria - A pouco mais de uma semana das eleições previstas para o passado dia 14 de fevereiro, o governo nigeriano decidiu adiar para 28 de março as presidenciais e para 11 de abril as parlamentares e estaduais. [Pag 7/8](#)

Caminho-de-ferro de Benguela - Os trabalhos de reabilitação do caminho-de-ferro de Benguela (CFB) conheceram um momento histórico a 14 de fevereiro, quando os Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, e da República Democrática do Congo, Joseph Kabila e da Zâmbia, Edgar Lungu foram à vila fronteiriça do Luau, para assinalar o recomeço da circulação dos comboios do CFB. [Pag 8/9](#)

Julgamento de Hissène Habré - Sob os auspícios da União Africana, foi criado em fevereiro no Senegal, um tribunal especial africano, com o objetivo de julgar antigo ditador do Chade, Hissène Habré, acusado da prática de crimes contra a humanidade. [Pag 9/10](#)

Prémio Mo Ibrahim para a Liderança Africana - Depois de vários anos sem atribuir, por falta de candidatos à altura, a Fundação Mo Ibrahim anunciou que em 2014 o vencedor do prémio "Mo Ibrahim para a Liderança Africana" será atribuído ao antigo Presidente Hifikepune Pohamba da Namíbia que deixou o cargo em finais de março deste ano. [Pag 10/11](#)

Regime de Gbagbo Julgado na Costa do Marfim - A 10 de março, e após um mês e meio de julgamento, a antiga Primeira-dama da Costa do Marfim, Simone Gbagbo e mais 82 pessoas próximas do antigo Presidente Laurent Gbagbo, foram condenadas a penas de prisão. [Pag 11](#)

Líder da Irmandade Muçulmana condenado à Morte - Desde que assumiu o poder, em julho de 2013, o General e atual Presidente Abdul Fatah Khalil Al-Sisi tem desenvolvido uma política de aniquilamento do principal partido da oposição, a Irmandade Muçulmana. [Pag 12](#)



Eleições na Zâmbia

■ Luís Castelo Branco

Na sequência do falecimento do Presidente zambiano, Michel Sata, em outubro de 2014, foram convocadas eleições presidenciais antecipadas. Durante o período de transição até à realização destas eleições, a presidência foi assegurada pelo Vice-Presidente Guy Scott. Apesar de já ter nascido na Zâmbia, o facto de a sua família não ter uma ligação de três gerações ao país, princípio legal adotado na Zâmbia, impediu-o de se candidatar.

Nas eleições presidenciais, realizadas a 20 de janeiro deste ano, às quais concorreram 11 candidatos, a luta foi renhida entre Edgar Lungu e Hakainde Hichilema. A vitória coube a Edgar Lungu, até agora Ministro da Justiça e Defesa do país e candidato do partido no poder, a Patriotic Front, que derrotou Hakainde Hichilema, candidato do principal partido da oposição, o United Party for National Development. O novo Presidente exercerá o resto do mandato do Presidente Sata, razão pela qual o país terá novas eleições presidenciais já em 2016.

A campanha eleitoral ficou marcada pelas posições contrárias dos dois candidatos sobre a questão da taxação das empresas mineras a operarem no país. A atividade mineira é fundamental para a economia zambiana, sendo que o país é um dos principais produtores de cobre a nível mundial. Lungu defendia a manutenção das novas taxas que aumentam os impostos sobre as atividades mineiras, enquanto Hichilema tinha prometido rever estas taxas.

Kabila Sob Pressão

A capital da República Democrática do Congo (RDC), Kinshasa, foi palco, em janeiro, de violentos confrontos entre a polícia e manifestantes que causaram mais de 40 mortos. A razão dos protestos prende-se com a aprovação de um projeto-lei pela Câmara Baixa do Parlamento congolês que permitirá ao Presidente Joseph Kabila prolongar a sua permanência no poder. Na sequência da aprovação pela Câmara, também o Senado deve decidir sobre a polémica lei eleitoral, o que pode enfurecer ainda mais os manifestantes.

A alteração proposta exige um novo recenseamento eleitoral como condição para a realização de eleições parlamentares e presiden-

ciais no próximo ano. No entanto devido à dimensão geográfica da RDC, e às suas fracas infraestruturas rodoviárias e administrativas, um novo processo de revisão eleitoral iria demorar, no mínimo, três anos para incluir todos os eleitores, o que, na prática, adiava as eleições presidenciais para além de 2018.

Joseph Kabila está no poder há 14 anos, altura em que substituiu o seu pai, Laurent Kabilá quando este foi assassinado em circunstâncias nunca esclarecidas. Segundo a Constituição congolês, Kabilá já não se poderia recandidatar a um novo mandato após 2016. A oposição vê na nova lei uma tentativa de Kabila adiar indefinidamente as eleições e pede abertamente a sua saída.

Depois dos protestos por atitude semelhante que levaram à destituição do Presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, temia-se que o mesmo pudesse suceder na RDC. No entanto, ao contrário da Compaoré, Kabilá ainda possui importantes apoios internos que lhe permitem controlar a situação por agora. Acresce que a oposição, apesar de contestar esta decisão de Kabilá, não tem uma estratégia para o derrube do Presidente e aparece muito desunida o que enfraquece a sua posição.

Para além desta contestação, o Presidente Kabilá também tem continuado a enfrentar os problemas securitários no leste do país. A maneira como o tem feito não lhe tem poupado críticas de vários sectores da sociedade congolês, como foi o caso da ascensão do grupo rebelde M23 no início de 2012.

Outra ameaça vem das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) que atuam também no leste da RDC. Em relação a esta ameaça, o governo de Kabilá conta com o apoio da ONU através da missão no terreno, a MONUSCO. Tinha sido dado um prazo, até ao dia 2 de janeiro para que os rebeldes depusessem as suas armas, o qual não foi respeitado. Perante isto o exército congolês, apoiado pelas forças da MONUSCO, lançou um ataque contra a FDLR.



XXIV Cimeira da União Africana

Decorreu em Adis Abeba, entre os dias 23 e 31 de janeiro, A XXIV Cimeira da União Africana (UA) subordinada ao tema o “Ano do Empoderamento e desenvolvimento das Mulheres em direção à Agenda de África 2063”.

O tema escolhido visa centrar a atenção do desenvolvimento do continente africano no papel que pode e deve ser desempenhado pelas mulheres e pelos jovens. Apesar do papel crucial que as mulheres desempenham nas sociedades africanas, em muitos países, ainda não gozam dos mesmos direitos políticos, económicos e sociais que os homens, situação que a UA quer reverter.

O grande acontecimento desta Cimeira foi a apresentação de um documento que reflete uma visão estratégica do continente para os próximos 50 anos – a Agenda 2063 – A África que Queremos. Este documento, que já vinha sendo trabalhado pela UA há algum tempo, baseia-se numa série de princípios¹:

Uma África próspera e baseada num crescimento inclusivo e num desenvolvimento sustentável;
Num continente integrado politicamente com base nos princípios do pan-africanismo;
Uma África governada com base na democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e no respeito pela lei;
Uma África segura e pacífica;
Uma África com uma cultura valores e ética forte;
Uma África focada nas pessoas, especialmente nas mulheres e nos jovens;
Uma África capaz de desempenhar um importante papel a nível mundial.

A Agenda 2063 é apresentada com um plano de implementação, o qual, baseado nos sete princípios anteriormente referidos, elaborou um conjunto de 13 objetivos em 31 áreas prioritárias. Para cada um destes objetivos e áreas, são estabelecidos ações prioritários e metas a alcançar até 2063.

Para que estes objetivos sejam alcançados nas datas previstas, a UA defende que é necessário um forte empenhamento político e uma profunda coordenação a nível nacional, regional e continen-

tal. Porém, o principal problema reside precisamente aqui, já que a UA continua a enfrentar uma fraqueza institucional que não lhe permite uma efetiva e forte coordenação das ações entre os países africanos. Sem um fortalecimento da capacidade de decisão, implementação e sanção, a UA não será capaz de conduzir estes objetivos a bom porto.

Um outro assunto abordado nesta Cimeira foi a questão do orçamento da organização. Este é um tema sempre sensível, tanto mais que a limitada capacidade de atuação da UA também advém deste aspeto. Ao não ter meios suficientes para as decisões tomadas, são muitas vezes as fontes de financiamento externo que apoiam a UA, mas que acabam, também, por condicionar a sua atuação.

Na última Cimeira da UA, realizada em junho de 2014 em Malabo, tinha sido proposto um orçamento para 2015 no valor de 522 milhões de USD, dos quais 225 milhões seriam obtidos através de apoios de parceiros externos. As contribuições dos Estados membros limitaram-se a 143 milhões de USD.

A situação é ainda mais delicada porque nem todos os Estados cumprem com as suas obrigações. Mesmo os principais financiadores atrasam, muitas vezes, o pagamento da sua quota, como foi o caso em 2014 com a Nigéria. A crise na Líbia, país que já chegou a ser um grande contribuinte da UA, fez com que este país não pagasse a sua quota em 2014, deixando a organização com um buraco de 13% no orçamento.

A questão de novas e alternativas fontes de financiamento é um tema que é há muito debatido no seio da UA. Para encontrar soluções foi até criado um grupo de trabalho liderado pelo antigo presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo. Entre algumas propostas apresentadas destacam-se a possibilidade de ser cobrada uma taxa de 2 USD diários por estadias em Hotéis e 10 USD por cada bilhete de avião emitido para África. Uma outra proposta é que os Estados Membros com maior crescimento económico, acima dos 4% ao ano, reforcem as suas participações. Apesar destas propostas ainda não surgiu uma decisão concreta sobre quais deverão ser adotadas.

Aproveitando a presença de representantes de todos os PALOP em Adis Abeba, realizou-se, sob coordenação de Angola, um encontro do Fórum PALOP. Os objetivos deste encontro foram os de concertar posições relativamente a vários assuntos, nomeadamente, a can-

¹ African Union: Agenda 2063 – The Africa We Want.
http://agenda2063.au.int/en/sites/default/files/agenda2063_popular_version_05092014_EN.pdf



didatura da Ministra das Finanças de Cabo Verde, Cristina Duarte, à presidência do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Em relação a esta candidatura o consenso será difícil de obter, uma vez que o Zimbabwe apresentou a candidatura de Thomas Zondo Sakala, atual Vice-Presidente do BAD, a qual obterá o apoio dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, nomeadamente, de Angola e de Moçambique.

Outra questão debatida pelos PALOP foi a situação da Guiné-Bissau, no momento em que se prepara a realização da mesa redonda de doadores que teve lugar em Bruxelas a 25 de março, e qual deve ser o posicionamento dos países membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no momento em que Angola foi eleita para este órgão.

Durante esta Cimeira, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA), lançou um apelo para a criação de uma força militar regional composta por 7.500 homens para combater os islamitas radicais do Boko Haram, cujos avanços na Nigéria e as suas incursões nos Camarões, preocupam os países vizinhos.

A Nigéria, os Camarões, o Níger, o Chade e o Benim já tinham acordado, em finais do ano passado, criar uma força de 3 mil homens, força essa que, apesar da falta de coordenação, já conseguiu obter algumas vitórias militares importantes..

Apesar da questão do combate ao Boko Haram ter constituído um dos principais temas da Cimeira da UA, o Presidente nigeriano, Goodluck Jonathan, não esteve presente por se encontrar em campanha eleitoral, facto pelo qual não deixou de ser criticado.

Durante esta Cimeira também se assistiu à passagem de testemunho na presidência rotativa da União Africana, com o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe a substituir no cargo o seu homólogo mauritano, Mohamed Ould Abdel Aziz.

A escolha de Mugabe para Presidente da UA não deixou de causar alguns embaraços devido ao regime que existe hoje em dia no Zimbabwe. O próprio Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, não deixou de se referir, indiretamente a esta questão, quando mencionou no seu discurso a necessidade dos líderes africanos não ficarem presos ao poder, ignorando os desejos e as aspirações dos povos que representam.

Conflito na República Centro-Africana

Em finais de janeiro, após mais de dois anos de conflito entre os rebeldes islâmicos da Seleka e as milícias cristãs anti-Balaka, a Comissão Internacional de Inquérito das Nações Unidas apresentou as suas conclusões sobre o conflito².

Em termos gerais, o relatório apresentado culpa as milícias cristãs anti-balaka de terem delineado uma estratégia deliberada de aniquilamento da população muçulmana do país. Tanto as Nações Unidas como organizações como a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch já vinham alertando, desde setembro de 2013, para a possibilidade de se registar um genocídio país.

A estratégia de aniquilamento da população muçulmana teria sido delineada em junho de 2013, quando o deposto Presidente François Bozizé se reuniu nos Camarões e em França com elementos do seu antigo gabinete presidencial e das forças armadas centro-africanas. Durante estes encontros ficou decidido que era necessário atacar as milícias Seleka que tinham deposto Bozizé.

Os grupos anti-balaka iniciaram as suas atividades a 5 de dezembro de 2013 com ataques na capital Bangui. Embora oficialmente os ataques fossem apresentados como uma tentativa de repor Bozizé no poder, derrubando o líder do Seleka, Michel Djotodia, a verdadeira motivação era a eliminação da população muçulmana do país.

Os ataques pretendiam que os muçulmanos abandonassem o país e visavam igualmente a destruição de mesquitas e tudo o que estivesse relacionado com esta população. Em resultado desta iniciativa, praticamente toda a população muçulmana abandonou a capital e calcula-se que mais de 80% tenham abandonado o país procurando refúgio no Chade e nos Camarões.

Apesar de apontar o dedo às milícias cristãs, a Comissão não deixou igualmente de culpabilizar as milícias Seleka pela violência no país devido às suas práticas de tortura, eliminação física de opositores políticos e detenções ilegais. Paralelamente, os rebeldes da Seleka foram igualmente acusados de violações, destruição de propriedades de não muçulmanos e da morte de cristãos na zona de Bossangoa.

¹ United Nations: The International Commission of Inquiry on the Central African Republic http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2014/928



Face à ausência de um sistema judicial credível, a Comissão defende que devem ser criadas as condições externas para intervir no apoio às vítimas na RCA. Este apoio externo deve ser dado até que existam as condições internas que permitam ter um sistema judicial em funcionamento.

Fórum França-África

Realizou-se, a 6 de fevereiro em Paris, o Fórum económico França-África, o qual juntou líderes de 33 países africanos, membros do governo francês e várias centenas de empresas francesas e africanas.

Sob o lema “Um Crescimento Partilhado”, o Fórum visou reforçar as relações económicas francesas com os países africanos, especialmente os francófonos, mas também estiveram presentes países africanos anglófonos e lusófonos, como foi o caso de São Tomé e Príncipe.

Para as empresas francesas, África é um continente de oportunidades com taxas de crescimento anuais acima dos 5% nos últimos 10 anos, e com uma população jovem e uma urbanização crescente que poderá passar dos 500 milhões de pessoas para mais de mil milhões nas próximas décadas. A chegada anual, de mais de 21 milhões, de jovens africanos ao mercado e trabalho representa, simultaneamente, um desafio e um risco que convém enfrentar com medidas adequadas.

Apesar de África ser muito atrativa para os investimentos externos devido às suas riquezas naturais, os países africanos não deixaram de fazer exigências. De acordo com o Presidente do Gabão, Ali Bongo, é necessário que os recursos naturais africanos deixem de sair do continente para serem transformados no exterior. É necessário apostar-se na transformação desses recursos no continente para que o valor acrescentado não seja perdido.

Uma das promessas da França durante a realização deste Fórum foi

a da disponibilização de meios para a formação profissional dos jovens africanos para combater o desemprego e criar maior estabilidade nas diversas sociedades africanas. O apoio a estudantes africanos em França, que neste momento já ultrapassa os 110 mil jovens, será igualmente aumentado.

O Fórum França-África foi criado em 2013 durante a Cimeira África-França de dezembro de esse ano, uma cimeira durante a qual a França tinha prometido disponibilizar fortes apoios, nomeadamente a mobilização de 20 mil milhões de euros de financiamento para África no horizonte 2020 através da Agência Francesa para o Desenvolvimento, tendo sido entregues, até 2014, cerca de 4 mil milhões de euros.

Na abertura do Fórum, o Presidente francês, François Hollande, comunicou que a ação da Agência Francesa de Desenvolvimento vai ser consolidada, através da aplicação de mil milhões de euros nas novas tecnologias e no reforço das redes elétricas.

Paralelamente, Hollande anunciou a criação de duas instituições destinadas a facilitar os negócios entre África e França. Por um lado, será criado, até finais de março, um banco de exportação que deverá agilizar a conclusão de grandes contratos internacionais, e, por outro lado, nascerá a Fundação África-França para o Crescimento. Esta Fundação contará com um financiamento público de 3 milhões de euros e uma iniciativa privada dirigida pelo financeiro franco-beninese Lionel Zinsou e pretende ser um ponto de encontro entre África e França com incidência, nomeadamente, no empreendedorismo jovem, na formação ou ainda no apoio às mulheres africanas no mundo dos negócios.

Estas iniciativas francesas não deixaram de ser entendidas como instrumentos criados por Paris para combater o crescente protagonismo chinês em África. Apoio francês também deve ser entendido como uma forma de enfrentar a ameaça dos radicalismos islâmicos em vários países africanos.

Para além da componente militar francesa já presente em países como o Mali, Níger, República Centro-Africana e Burkina Faso, a França pretende utilizar a arma económica para apoiar a criação de condições de segurança. Para tal serão reforçados os apoios financeiros às PME francesas em África e à diáspora africana em França.



Mesa Redonda de Doadores sobre a Guiné Bissau

Com vista à preparação da Mesa Redonda de Doadores para a Guiné Bissau, anunciada para Bruxelas a 25 de março, realizou-se, sob os auspícios da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a 9 de fevereiro em Acra, no Gana, uma reunião preparatório que juntou o Governo da Guiné-Bissau e diversos países e organizações internacionais.

O encontro de Acra permitiu explorar formas eficazes de coordenação e harmonização na implementação das reformas estabelecidas pelo Governo da Guiné-Bissau no ramo da defesa e segurança, recuperação económica e na normalização da vida política e social no país.

A delegação da Guiné-Bissau, chefiada pelo seu Primeiro-Ministro, Domingos Simões Pereira, apresentou o seu plano estratégico e operacional para 2015-2025, focalizando-se nas áreas prioritárias para implementação das reformas estabelecidas. Nesse sentido, o Ministro das Finanças da Guiné Bissau, apresentou o Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 "Terra Ranka" (Novo Começo) que inclui:

- Visão 2025 e as orientações estratégicas;
- Os 5 pilares para estabelecer uma economia guineense competitiva;
- Os recursos prioritários para o crescimento da Guiné-Bissau;
- As principais ações a serem implementadas;
- As ferramentas e mecanismos de implementação.

A 25 de março realizou-se a Mesa Redonda de doadores em Bruxelas, iniciativa na qual Portugal desempenhou um importante papel de mobilizador junto dos seus parceiros. Esta iniciativa, organizada em conjunto pela União Europeia, Nações Unidas e Governo da Guiné Bissau, reuniu cerca de 100 delegações de países e de organismos internacionais, nomeadamente, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a CPLP, a CEDEAO, a UEMOA, o BAD, a ONU, a UE, o PNUD e a União Africana.

A Guiné-Bissau esteve representada ao mais alto nível, para além do Presidente da República, José Mario Vaz, e do Primeiro-Ministro, Domingos Simões Pereira, estiveram presentes vários ministros, deputados e representantes da sociedade civil. Num esforço destinado a realçar a unidade entre as principais forças políticas, a delegação guineense incluiu vários membros do principal partido da oposição, o Partido Renovador Social (PRS).

Tal como já tinha sucedido em Acra, o Governo da Guiné Bissau apresentou o "Terra Ranka", seu plano de desenvolvimento para os próximos anos. O grande objetivo deste plano é o de apresentar uma visão para o desenvolvimento do país que se baseia na aposta em quatro motores do crescimento: a agricultura, a pesca, o turismo e a mineração. Para cada um destes sectores, o governo da Guiné Bissau apresentou um conjunto de projetos que pretendia que viessem a ser financiados pelos parceiros.

Apesar do otimismo que rodeou o decorrer da Mesa Redonda, vários foram os parceiros que chamaram a atenção para a necessidade da questão da reforma do sector da segurança e defesa ser tratada com urgência por ser uma condição indispensável para um desenvolvimento sustentável.

No final dos trabalhos, os parceiros comprometeram-se a disponibilizar apoios financeiros à Guiné Bissau na ordem das 1.3 mil milhões de euros ao longo dos próximos anos. Grande parte deste montante será disponibilização por parceiros multilaterais, destacando-se a contribuição da ONU (300 MUSD); Banco Mundial (250 MUSD); Banco Africano de Desenvolvimento (170 Meuros); União Europeia (160 Meuros).

Em termos bilaterais, destacou-se o apoio anunciado por Portugal, cerca de 40 milhões de euros ao abrigo do novo Programa Estratégico de Cooperação que deverá ser assinado nos próximos meses entre os dois países.





Boko Haram e as Eleições na Nigéria

A pouco mais de uma semana das eleições previstas para o passado dia 14 de fevereiro, o governo nigeriano decidiu adiar para 28 de março as presidenciais e para 11 de abril as parlamentares e estaduais.

Apesar da posição oficial, que afirmava que tudo estaria ponto a tempo, a verdade é que já eram claros os indícios de que o processo estava irremediavelmente atrasado. Para além da ameaça do Boko Haram, que punha em causa a existência de condições para levar a cabo o ato eleitoral em várias zonas do norte do país, havia também atrasos logísticos importantes como a entrega de milhões de cartões de eleitor.

O Presidente da Comissão Eleitoral Nacional Independente da Nigéria, o Professor Attahiru Jega, acabou por reconhecer que a principal causa do adiamento era a falta de segurança nos estados do nordeste do país, nomeadamente em Borno, Adamawa e Yobe.

Para além dos três estados ameaçados diretamente pelo Boko Haram, as operações militares em curso, que envolvia tropas nigerianas, camaronesas, nigerinas e chadianas, também não favoreciam a realização das eleições, uma vez que as forças de segurança estavam principalmente envolvidas nos combates, não tendo condições para assegurar, ao mesmo tempo, a proteção ao ato eleitoral. O objetivo destas operações militares, levadas a cabo por estes países, era o de cercar o Boko Haram com vista a pôr fim à crise regional de segurança que as operações deste grupo implicam.

Os países da região aperceberam-se que os ataques do Boko Haram são também uma ameaça à sua segurança. Esta constatação serviu para se avançar na criação da Multinational Joint Task Force (MJTF), que envolverá tropas destes países num total de 8.700 efetivos.

Apesar do quartel-general desta força ficar sediada na capital do Chade, em N'Djamena, será liderada por um General nigeriano, como meio de, certo modo, salvar a face da Nigéria em toda esta questão. Porém, como a MJTF só seria oficialmente criada em março.

Até à constituição efetiva da MJTF, o exército nigeriano apenas pode contar com o apoio localizado dos efetivos chadianos, nigerinos e camaroneses, os quais se envolveram no combate contra o Boko Haram depois de este ter atacado o território destes países. Embo-

ra seja uma ajuda válida, a coordenação entre estes vários exércitos ainda não foi obtida o que dificulta a eficácia das suas ações.

O conflito contra o Boko Haram ultrapassa, cada vez mais, as fronteiras nigerianas, tornando-se num problema regional e continental em África. A declaração de fidelidade do Boko Haram ao Estado Islâmico, anunciado a 7 de março, veio confirmar precisamente a internacionalização desta ameaça.

As eleições presidenciais realizaram-se a 28 de março num clima de grande apreensão e violência. Embora houvesse dois candidatos principais, Goodluck Jonathan e Muhammadu Buhari, na corrida estavam outros candidatos: Oluremi Sonaiya; Ambrose Albert; Ganiyu Galadima; Rafiu Salau; Godson Okoye; Mani Ibrahim Ahmad; Martin Onovo; Tunde Anifowoshe-Kelani; Chekwes Okorie; Ayeni Adebayo; Sam Eke; Allagoa Chinedu.

Estas eleições tiveram um significado especial por vários motivos. Em primeiro lugar, a Nigéria enfrenta uma ameaça à sua estabilidade com os ataques do Boko Haram, cujo raio de ação não tem parado de crescer. Em segundo lugar, a economia nigeriana, uma das mais fortes de África, têm-se ressentido com inevitáveis conseqüências para a estabilidade não só do país como para toda a região. Finalmente, e ao contrário de anteriores atos eleitorais, não era claro que o atual Presidente, Goodluck Jonathan fosse reeleito. O seu principal adversário, Muhammadu Buhari foi apoiado por um conjunto de partidos que lhe dava confiança na vitória final.

Depois de ter sido Presidente do país entre 1983-85, Buhari tentou por três vezes ser eleito, acusando as fraudes eleitorais de o terem impedido de assumir o mais importante cargo do país. Desta vez, Buhari e os seus apoiantes afirmaram que se não vencessem era porque teria havido fraude eleitoral. Também Jonathan e os seus apoiantes não estavam preparados para perder, o que fez com que a tensão política subisse de tom e o dia das eleições fosse marcado por vários atos de violência que causaram diversos mortos.

Os resultados finais deram a vitória a Buhari com 52,41% dos votos contra os 43,67% de Goodluck Jonathan. Esta situação é, de facto, rara em África, em que um Presidente em exercício perde as eleições para a oposição. A receita para este resultado de Buhari residiu nas vitórias que obteve nos Estados do Norte, onde já era esperado, mas por ter conseguido vencer nos estados do centro do país, onde



há uma mistura de populações cristãs e muçulmanas. Jonathan só venceu nos estados do sudoeste do país, zona que, à partida, já lhe era favorável.

Contrariamente ao previsto, a divulgação dos resultados não trouxe a esperada violência por parte dos apoiantes de Jonathan. O discurso do candidato derrotado, em que felicitou Buhari, foi feito quase logo após a divulgação dos resultados, o que serviu para travar qualquer iniciativa destinada a rejeitar a vitória da oposição.



Caminho-de-ferro de Benguela

Os trabalhos de reabilitação do caminho-de-ferro de Benguela (CFB) conheceram um momento histórico a 14 de fevereiro, quando os Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, da República Democrática do Congo, Joseph Kabilá e da Zâmbia, Edgar Lungu, foram à vila fronteira do Luau, no extremo leste de Angola na província do Moxico, para assinalar o recomeço da circulação dos comboios do CFB.

Os trabalhos de recuperação iniciaram-se em 2009, depois de vários anos ocupados com a limpeza de engenhos explosivos que minavam a linha. A reabilitação do CFB terminou ao fim de seis anos de intenso trabalho e 13 anos após o fim do conflito armado no país.

O CFB parou a sua atividade devido à guerra civil em Angola, a qual atingiu duramente as suas diversas infraestruturas. Os ataques da

UNITA ao CFB visaram afetar a economia do regime angolano. Com a paralisação desta via, tanto Angola, devido aos rendimentos que usufruía, como a Zâmbia e a RDC, que viam as atividades económicas afetadas, foram seriamente atingidas.

Em 1991, pouco antes do fim da guerra civil, em Angola solicitou um estudo para a reconstrução com a ajuda do Banco Mundial, com vista a retomar o tráfego ferroviário e a potenciar a capacidade do porto do Lobito.

Em Novembro de 2001, a concessão de 99 anos do CFB terminou, passando o caminho-de-ferro a pertencer ao estado angolano, assim como todas as infraestruturas móveis associadas.

Em 2005, foram encetadas conversações entre os governos de Angola e da Zâmbia para retomar o funcionamento. A China forneceu cerca de 500 milhões de dólares de ajuda financeira para ajudar a reconstrução da linha danificada pela guerra. Os trabalhos de recuperação foram levados a cabo por empresas chinesas. O elevado número de trabalhadores chineses, em contraponto com o número de trabalhadores angolanos utilizados, assim como a qualidade do material chinês utilizado, foram motivo de críticas.

A ideia de se criar um caminho-de-ferro que unisse o Porto do Lobito ao então Congo Belga surgiu em 1899. O objetivo central era o de fazer escoar as riquezas minerais do Congo e, mais tarde, da Rodésia do Norte (atual Zâmbia).

A construção esteve a cargo de Robert Williams, que mais tarde iria dar o nome à Vila Robert Williams no tempo colonial, atual Caála na província do Huambo, o qual terminou a ligação a Luau em 1929. Desde muito cedo, a linha mostrou ser um sucesso, revelando-se muito rentável para as potências coloniais por ser o caminho mais curto para transportar as riquezas mineiras do Congo para a Europa. Em 1931, o porto do Lobito recebeu, por via-férrea, o primeiro carregamento de cobre proveniente do Catanga, na atual RDC.

O CFB, com uma extensão de 1.344 kms vai não só permitir o aumento das exportações da RDC e da Zâmbia, como também será o motor de desenvolvimento de todas as regiões angolanas atravessadas por esta infraestrutura. Desde há vários anos que o executivo angolano tem vindo a desenvolver os municípios atravessados pelo CFB, dotando-os de infraestruturas sociais e económicas. O município



de Luau foi dotado de um novo aeroporto internacional, uma nova estação ferroviária e uma ponte ferroviária transfronteiriça sobre o rio Luau.

O CFB vai também poder dispor de um novo Porto do Lobito, inaugurado em agosto de 2014, que inclui um terminal de contentores num investimento superior aos mil milhões de USD.

Esta nova infraestrutura vai ter claros benefícios para os países vizinhos de Angola. Até agora, a Zâmbia demorava quase dois meses a conseguir exportar os seus minerais. Com o CFB poderá demorar apenas uma semana o que permitirá ter claras mais-valias económicas.



Julgamento de Hisséne Habré

Sob os auspícios da União Africana, foi criado em fevereiro no Senegal, um tribunal especial africano, com o objetivo de julgar antigo ditador do Chade, Hisséne Habré, acusado da prática de crimes contra a humanidade entre 1982 e 1990, anos em que esteve à frente do destino do país.

Depois de um período como Primeiro-Ministro, Hisséne Habré assumiu a presidência do país em 1982. O governo de Habré caracterizou-se por uma contínua violação dos direitos humanos e foi classificado pela ONG

Human Rights Watch como o “Pinochet da África”. Durante seu governo, estima-se que 40 mil pessoas tenham sido assassinadas. Para além dos crimes políticos, Habré também levou a cabo uma campanha de terror contra membros de outros grupos étnicos no país, nomeadamente, os Sara, os Hadjerai e os Zaghawa.

Para além dos problemas internos, Hisséne Habré também teve problemas com os seus vizinhos, nomeadamente, com a Líbia de Khadafi. Por causa de uma faixa de território reivindicado pelos líbios, a faixa de Aozou, o exército de Trípoli invadiu o Chade num conflito que se arrastaria até 1987.

Devido ao conflito que opunha o Ocidente ao regime de Khadafi, o Chade acabou por receber o apoio militar norte-americano e francês, e obteve uma certa benevolência relativamente ao seu regime como forma de o cativar na luta contra a Líbia.

Apesar da vitória militar contra os líbios, o regime de Habré encontrava-se muito debilitado e já tinha sofrido vários ataques internos. Em novembro de 1990, uma ofensiva militar liderada por Idriss Déby, um antigo comandante militar do grupo étnico Zaghawa, conseguiu depor Habré.

A vitória dos rebeldes foi facilitada pelo facto de a França ter decidido não intervir em apoio ao regime de Hisséne Habré. Esta decisão francesa terá ficado a dever-se ao facto de Paris não ter visto com bons olhos a aproximação de Habré aos EUA, favorecendo, nomeadamente, as empresas norte-americanas na exploração petrolífera.

Após a sua deposição, refugiou-se no Senegal. Em 2005 foi colocado sob prisão domiciliária e mais tarde foi efetivamente preso. Em 2012 o Tribunal Penal Internacional já tinha pedido ao Senegal que o julgasse pelos crimes cometidos ou que o extraditasse para ser julgado.

O novo tribunal agora criado, a Câmara Extraordinária Africana de Justiça, está sediado no Senegal e surge como uma resposta africana ao Tribunal Penal Internacional que é acusado de ser particularmente prejudicial para os africanos. Esta acusação surge na sequência de vários casos contra líder africanos acusados de crimes contra a humanidade. Embora nuns casos seja indiscutível essa acusação, como por exemplo, os vários responsáveis pelo genocídio no Ruanda, noutros casos, como o do Presidente Uhuru Kenyatta do Quênia, há muitas dúvidas nas acusações que lhe são feitas.



O Chade tem tentado, desde 2000, julgar o seu antigo Presidente. Porém, no Senegal não havia grande vontade em fazer avançar o processo. O pedido de extradição feito pelas autoridades chadianas nunca foi aceite.

A atual decisão do Senegal em fazer avançar o processo deve-se, sobretudo, à vontade do Presidente, Macky Sall, que decidiu autorizar a criação no país do Tribunal especial e deu orientações públicas para que o seu Primeiro-Ministro, Aminata Touré, dirigisse toda a preparação.

Este caso poderá ser muito importante para credibilizar a justiça africana aos olhos do mundo. Se este processo correr bem, a ONU poderá ficar convencida da capacidade e vontade dos regimes africanos em julgarem, de forma objetiva, os responsáveis por crimes graves com conotações políticas.

Tudo isto é importante numa altura em que a União Africana anunciou a criação, até final do ano, do Tribunal dos Direitos Humanos, que deve apreciar processos de violação ocorridos em todo o Continente.



Prémio Mo Ibrahim para a Liderança Africana

Depois de vários anos sem atribuir, por falta de candidatos à altura, a Fundação Mo Ibrahim anunciou que em 2014 o vencedor do prémio "Mo Ibrahim para a Liderança Africana" será atribuído ao antigo Presidente Hifikepunye Pohamba da Namíbia que deixou o cargo em finais de março deste ano.

Este prémio foi criado em 2007 pela Fundação Mo Ibrahim com o objetivo de premiar a excelência no exercício do poder por dirigentes africanos. Nos últimos oito anos, este prémio só foi atribuído em quatro ocasiões.

Até agora os vencedores deste prémio foram Nelson Mandela em 2007 devido ao seu trabalho na África do Sul, embora já tivesse abandonado o poder vários anos antes, Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique, foi o vencedor em 2007, Festus Mogae, antigo Presidente de Botswana, em 2008, e Pedro Pires, antigo Presidente de Cabo Verde, em 2011. Em 2009, 2010, 2012 e 2013 o júri decidiu não atribuir o prémio por falta de candidatos com o perfil adequado.

A atribuição do prémio a Pohamba ficou a dever-se à sua atuação enquanto Presidente da República, durante os últimos dez anos, a favor da coesão nacional, apoio à educação primária gratuita, e um mandato caracterizado pelo respeito pelos direitos humanos, democracia inclusiva e liberdade de imprensa.

Num momento em que vários Presidentes africanos dão mostras de querer agarrar-se ao poder, e para tal promovem alterações constitucionais para contornar a limitação e mandatos, a Namíbia tem sido um claro exemplo do contrário.

Durante os seus dois mandatos, o Presidente Pohamba conseguiu fazer, num primeiro momento, a transição da era do anterior Presidente e pai da independência Sam Nujoma de quem era aliado próximo. Esta transição que, em muitos casos, poderia ser complicada, foi feita com transformações graduais que não afastaram os apoiantes de Nujoma mas, que ao mesmo tempo, permitiu o aparecimento de novas figuras.

Ao terminar o seu segundo mandato, Pohamba conseguiu unir o seu partido, a South West Africa People's Organization (SWAPO), à volta do seu candidato, Hage Geingob, até então Primeiro-Ministro, que será o primeiro Presidente da Namíbia que não provem do grupo étnico ovambo, a grande base de apoio da SWAPO.



Este prêmio é atribuído por um júri independente constituído por sete figuras internacionais e prevê a atribuição de um prêmio de 5 MUSD, pagos ao longo de dez anos, e 200 mil euros pagos anualmente ao vencedor.

Pohamba já anunciou que parte da verba que receberá será canalizada para a sua Fundação, com o objetivo de apoiar jovens estudantes pobres no seu país para que possam prosseguir os seus estudos.

Regime de Gbagbo Julgado na Costa do Marfim

A 10 de março, e após um mês e meio de julgamento, a antiga Primeira-dama da Costa do Marfim, Simone Gbagbo e mais 82 pessoas próximas do antigo Presidente Laurent Gbagbo, foram condenadas a penas de prisão por um Tribunal em Abidjan, na Costa do Marfim.

Simone Gbagbo, conhecida como a dama de ferro da Costa do Marfim, foi condenada a 20 anos de prisão por ter ajudado a criar bandos armados que levaram a cabo ações violentas contra membros da oposição marfinense nos tumultos que ocorreram no país entre 2010 e 2011.

O julgamento da esposa de Laurent Gbagbo teve lugar na Costa do Marfim porque as autoridades de Abidjan recusaram a transferência de Simone Gbagbo para o Tribunal Penal Internacional (TPI) em Haia, na Holanda, que queria julgá-la por crimes contra a humanidade.

O ex-presidente Laurent Gbagbo está detido em Haia à espera de ser julgado por ter orquestrado uma onda de violência pós-eleitoral, da qual a sua mulher foi uma das principais intervenientes, quando foi derrotado nas urnas pelo seu adversário Alassane Ouattara, atual Presidente da Costa do Marfim.

Esta onda de violência teve por base questões étnicas que Laurent Gbagbo tentou explorar para enfraquecer Alassane Ouattara, a quem acusava de não ser marfinense. Esta crise levou a que o país vivesse uma guerra civil de vários meses.

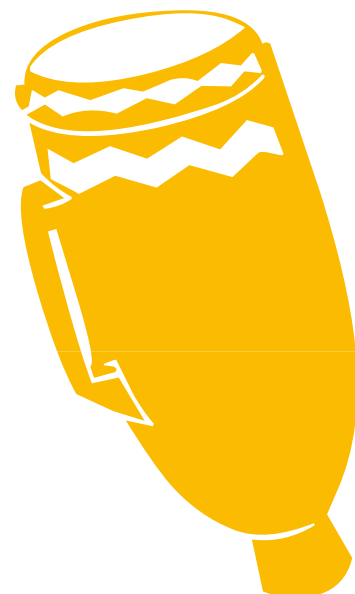
A chamada segunda guerra civil na Costa do Marfim iniciou-se a 25 de fevereiro de 2011 e opuseram as forças que defendiam o Presidente derrotado nas eleições, Laurent Gbagbo, e as forças de Alassane Ouattara, vencedor da segunda volta das eleições presidenciais realizadas a 28 de novembro de 2010.

O conflito terminou quando as forças leais a Ouattara entraram em Abidjan a 11 de abril de 2011 e capturaram Laurent Gbagbo.

Depois de uma guerra civil que afetou seriamente o desenvolvimento do país, depois de anos de grande crescimento sob a presidência de Félix Houphouët-Boigny, a Costa Marfim começou a recuperar economicamente e politicamente.

Perante isto, há quem tema que este processo venha abrir velhas feridas e pôr em causa o processo de reconciliação nacional, tanto mais que Gbagbo ainda conta com fortes apoios dentro do país. Perante esta situação, há a esperança que o Presidente Alassane Ouattara venha a decretar uma amnistia que ponha fim a todo este processo.

A Costa do Marfim vai ter eleições presidenciais no fim do presente ano. O Presidente Ouattara é, por enquanto, o único candidato declarado, mas para os principais parceiros internacionais da Costa do Marfim a participação no escrutínio da Frente Popular Marfinense, o partido pró-Gbagbo, seria uma garantia de promoção da estabilidade e reconciliação nacional.



Líder da Irmandade Muçulmana Condenado à Morte

Desde que assumiu o poder, em julho de 2013, o General e atual Presidente Abdul Fatah Khalil Al-Sisi tem desenvolvido uma política de aniquilamento do principal partido da oposição, a Irmandade Muçulmana.

A Irmandade Muçulmana esteve por detrás da criação do Partido da Liberdade e da Justiça, o qual conseguiu eleger Mohamed Morsi como Presidente do país em 2012.

Apesar de desempenhar o cargo de Ministro da Defesa, o General Sisi cedo se incompatibilizou com o Presidente Morsi. Esta incompatibilidade levou-o a encabeçar o golpe militar que derrubaria Morsi. O grande motivo para este golpe foi a intenção de Morsi reforçar os seus poderes, ao mesmo tempo que islamizava a sociedade egípcia.

Depois de assumir o poder, o Presidente Sisi declarou ilegal a Irmandade Islâmica e prendeu os seus apoiantes. Para o governo egípcio, a Irmandade passava a ser considerada uma organização terrorista.

Em março deste ano, o líder da Irmandade Muçulmana, Mohammed Badie, e mais alguns dos seus apoiantes foram condenados à morte por um Tribunal egípcio sob a acusação de estarem a planear ataques para derrubar o governo.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05